



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE DEZEMBRO DE 2023

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

EXTRATO DE ADITIVO
TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO: 20101/2021-CPL / **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 892732/2019/MAPA/CAIXA/ **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO – FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO / **CONTRATADO:** JOTAV CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 40.065.143/0001-04 / **VALOR:** R\$ 26.429,16 (VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) / **DATA DA ASSINATURA:** 30/11/2023 / **AMPARO LEGAL:** ART. 65 DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI 8.666 DE 21.06.93.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI Nº 309/2023.

REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO PAGAMENTO POR DESEMPENHO DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, QUE DISPÕE SOBRE O INCENTIVO DE DESEMPENHO PREVISTO NA PORTARIA Nº 960, DE 17 DE JULHO DE 2023, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, VOLTADO AOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL – ESFSB/MULTIPROFISSIONAIS VINCULADOS À ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO CONGO, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Congo, o Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde – Componente Desempenho, do Programa Saúde Bucal, que tem como objetivo ofertar uma atenção primária de qualidade, além de melhorar o acesso e trazer mais equidade para Atenção Primária de maneira a permitir uma maior transparência e efetividade das ações governamentais à Atenção Primária em Saúde;

§1º Esta Lei segue as normas estabelecidas no Programa de desempenho da Saúde Bucal, instituído pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 960, de 17 de julho de 2023, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde Bucal, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS;

§2º A gratificação a que se refere o artigo anterior será concedida mediante a apuração da Saúde e no cumprimento dos indicadores previstos na respectiva Portaria Ministerial nº 960, de 17/07/2023;

Art. 2º A carência mínima exigida para os Servidores e demais profissionais, para o recebimento do Incentivo Financeiro previsto nesta Lei, será de 04 (quatro) meses de atuação no Programa, contados do início do referido Programa; o servidor perderá o direito ao incentivo em caso de desistência, exoneração, rescisão ou afastamento do serviço antes da data do pagamento do incentivo aos profissionais. Perderá também o direito ao incentivo os seguintes casos: férias superior a 15 (quinze) dias e licenças com período superior a 10 (dez) dias.

Art. 3º O pagamento por desempenho se dará da seguinte forma:

1 - O cálculo do incentivo financeiro do pagamento por desempenho será efetuado considerando os resultados dos sete indicadores alcançados pelas equipes credenciadas e cadastradas no SCNES, sendo eles: **1.** Cobertura de primeira consulta odontológica programada; **2.** razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas odontológicas programadas; **3.** Proporção de exodontias em relação ao total do procedimento preventivos e curativos realizados; **4.** Proporção de gestantes com atendimentos odontológicos realizado na APS em relação ao total de gestantes **5.** Porção de pessoas beneficiadas em ação coletiva de escovação dental supervisionada em relação ao total de crianças cadastradas na eSB; **6.** Porção de crianças beneficiárias do Bolsa Família com atendimento odontológico realizado APS em relação ao total de crianças beneficiárias do Bolsa Família; **7.** Porção de atendimento individuais eSB em relação ao total de atendimentos odontológicos.

Indicadores ampliados:

Porção de procedimentos odontológicos individuais preventivos em relação ao total de atendimentos odontológicos;
Porção de tratamentos traumáticos – ART em relação ao total de tratamentos restauradores;
Porção de atendimentos domiciliares realizados eSB em relação ao total de atendimentos odontológicos individuais;
Porção de agendamentos pela eSB em até 72 (setenta e duas Horas) e satisfação da pessoa atendida pela eSB;
Parágrafo único. Após com a pactuação tripartite as metas para os indicadores de que trata este artigo serão definidas em ato normativo específico da secretária de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, com especificação técnica dos indicadores definida em ficha de qualificação. (NR)

V - Cabe ao Ministério da Saúde a realização do cálculo dos indicadores para transferência do incentivo de pagamento por desempenho;

VI - Os indicadores e o consequente uso das informações buscam:

- definir o incentivo financeiro do pagamento por desempenho por Município;
- subsidiar a definição de prioridades e o planejamento de ações para melhoria da qualidade da APS;
- promover o reconhecimento dos resultados alcançados e a efetividade ou necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de intervenção;
- orientar o processo de pagamento por desempenho no âmbito da gestão municipal, assim como entre este e as outras esferas de gestão do SUS;
- Promover democratização e transparência da gestão da APS e o fortalecimento da participação das pessoas, por meio da publicação de metas e resultados alcançados.

VII - A avaliação do desempenho das equipes Saúde da Saúde Bucal (eSB) e equipes de Atenção Primária (EAP) no conjunto dos indicadores será consolidada em um Indicador Sintético Final (ISF), que determinará o valor do incentivo financeiro a ser transferido ao município, onde o ISF corresponde ao cálculo do desempenho do conjunto dos sete indicadores selecionados;

VIII - Os Indicadores definidos para o Incentivo de pagamento por desempenho será de acordo com os indicadores vigentes, alterados por iniciativa do Governo Federal.

IX - Estes indicadores atendem a critérios como disponibilidade, simplicidade, granularidade, periodicidade, baixo custo de obtenção, adaptabilidade, estabilidade, rastreabilidade e representatividade dos dados utilizados no cálculo;

X - O valor do incentivo financeiro do pagamento por desempenho para os municípios e Distrito Federal será vinculado ao desempenho obtido pelo indicador sintético final e não pelos valores individualizados pelos sete indicadores;

Art. 4º A avaliação dos indicadores será realizada mensalmente, no caso de desabastecimento de insumos ou vacinas de responsabilidade do Ministério da Saúde ou do Estado ou Município que interfira no alcance das metas, o indicador será desconsiderado;

Art. 5º O Incentivo de Desempenho será repassado, a cada quadrimestre, aos profissionais: odontólogos e Auxiliares em Saúde bucal, (eSB) vinculados à Atenção Primária à Saúde, considerando ser condição fundamental o funcionamento sincronizado de todos para a prestação de um serviço à população que resulte no verdadeiro bem-estar de saúde;

Art. 6º Os incentivos instituídos nesta Lei não integrarão a base de cálculo de contribuição previdenciária e, por seu caráter *pro labe faciendo* não serão incorporadas aos provimentos de inatividade, nem devidas a inativos ou pensionistas;

Art. 7º A fonte de recursos necessária ao custeio do presente programa será decorrente de transferência financeira ao Fundo Municipal de Saúde pelo Ministério da Saúde, em decorrência dos resultados dos Indicadores previstos na Portaria Ministerial Nº 960, que dispõe sobre indicadores do pagamento por desempenho;

§1º Fica autorizada a dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual de 2023, utilizada para o custeio do Programa por desempenho da Saúde Bucal (eSB), do Governo Federal, para permitir o registro da nova despesa orçamentária;

§2º O montante recebido pelo resultado da avaliação será destinado da seguinte forma: **1 - 100%** (cem por cento) do montante serão pagos aos profissionais do Município do Congo/PB, conforme Art.5º sob a forma de incentivo financeiro, a serem pagas a cada quadrimestre;

§3º Fica a distribuição dos valores do Custeio por desempenho da Saúde Bucal destinado ao pagamento do incentivo financeiro dos profissionais de Saúde Bucal (eSB), conforme Anexo Único.

Parágrafo Único – o incentivo financeiro só será repassado integralmente aos profissionais da Saúde Bucal se houver o comprometimento de ofertar serviços fora da UBS, como: atendimento nas Escolas (Programa Saúde na Escola), CAE e disponibilizar um horário noturno para atender servidores da Esfera Municipal, caso contrário ficará a critério do Poder Executivo.

Art. 8º Os profissionais de saúde (Gestão da Atenção Primária e Saúde Bucal, eSB) que já recebem gratificações baseadas em Leis anteriores, este valor será somado, porém não incorporado a qualquer outra forma de reajuste salarial, gratificação ou vantagem, bem como, não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito ao servidor, exceto tributação legal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Congo – PB, 01 de dezembro de 2023.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI Nº 310/2023.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL “CAPACITA CONGO”, PARA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE CIDADÃO(S) DO MUNICÍPIO DO CONGO (PB) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica instituído no município do Congo (PB) o Programa Social “CAPACITA CONGO” de Qualificação Profissional, destinado a financiar e gerenciar cursos profissionalizantes nas áreas de serviços e transformação industrial.

Art. 2º - O Programa Social de Qualificação Profissional, “CAPACITA CONGO”, terá por objetivo promover a qualificação profissional da população economicamente ativa do município, com o intuito de aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Art. 3º - As vagas nos cursos profissionalizantes do Programa Social de Qualificação Profissional, “CAPACITA CONGO”, serão abertas para jovens a partir dos 16 anos de idade e adultos em geral, com prioridade para os beneficiários de programas sociais do governo federal e municipal.

Art. 4º - Fica autorizada a abertura de cursos profissionalizantes oferecidos pelo presente Programa Social, em áreas de capacitações técnicas, destinadas à qualificação de mão-de-obra, para atender às necessidades da indústria e comércio local, regional e nacional.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela execução do Programa “CAPACITA CONGO”.

TÍTULO I **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 6º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

CAPÍTULO II **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 7º - Fica alterada a Lei nº 259, de 30 de maio de 2022 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2023, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 8º - Fica igualmente alterada a Lei nº 280, de 20 de dezembro de 2022 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023;

§ Único – Fica inserida na LOA/2022, as seguintes Ações:

2059 – MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA “CAPACITA CONGO”.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL** a LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESEN. ECONÔMICO		
08.244.2009.2059	MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA “CAPACITA CONGO”		
669	Outros recursos vinculados a Assistência Social		
3.3.90.30.01	Material de Consumo		10.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		100.000,00
TOTAL			110.000,00

Art. 10º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito adicional especial o **SUPERAVIT FINANCEIRO** verificado no exercício financeiro, a seguir discriminado:

FONTE DE REC.	DESCRIÇÃO	TOTAL
669	Outros recursos vinculados a Assistência Social	110.000,00
TOTAL		110.000,00

Art. 11º - Para execução do presente programa social, a administração poderá firmar convênios com instituições privadas, sem fins lucrativos, que serão selecionadas de acordo com sua área de atuação específica.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo – PB, 01 de dezembro de 2023.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI Nº 311/2023.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar e dá outras providências.

TÍTULO I **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

CAPÍTULO II **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 259, de 30 de maio de 2022 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2023, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 280, de 20 de dezembro de 2022 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023;

TÍTULO IV **DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO SUPLEMENTAR** a LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 314.500,00 (trezentos e quatorze mil e quinhentos reais), as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
12.361.2001.2025	MANTER AS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%		
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas		17.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
12.361.2001.2028	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL		
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas		22.500,00
TOTAL			

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
12.361.2001.2019	MANTER AS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%		
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
3.3.90.30.01	Material de Consumo		275.000,00
TOTAL			314.500,00

Art. 5º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito adicional especial o **SUPERAVIT FINANCEIRO** verificado no exercício financeiro, a seguir discriminado:

FONTE DE REC.	DESCRIÇÃO	TOTAL
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	17.000,00
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	275.000,00
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	22.500,00

TOTAL GERAL	314.500,00
--------------------	-------------------

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Congo – PB, 01 de dezembro de 2023.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Municipal